

Privatização da Fiscalização na Carris Um precedente errado e perigoso!

A Carris está a subcontratar trabalhadores a uma empresa de vigilância para efectuar o serviço de fiscalização dos seus passageiros, dando o primeiro passo para a total privatização desta função. É uma medida errada, que promove a precariedade e os baixos salários e que descaracteriza a Carris. É uma medida que sucessivas administrações e governos tentaram impor sem sucesso, sendo significativo que seja agora retomada por esta gestão municipal de PS/BE.

Que fique claro: estes trabalhadores fazem falta e são bem vindos. Mas devem ser contratados pela Carris em vez de subcontratados!

O mero facto de uma empresa deixar de realizar uma determinada operação por si própria e passar a recorrer à subcontratação (de trabalhadores ou do serviço) é promotora da precariedade e dos baixos salários. Neste caso: um fiscal da Carris recebe um ordenado que varia entre 775 e 852 euros, mais um subsídio de ajuramentação de 18,2%, enquanto que os novos fiscais subcontratados ganham apenas o salário de vigilante (661 euros), ou seja, entre menos 255 euros e menos 346 euros por mês; um fiscal da Carris é abrangido pelo Acordo de Empresa, o novo fiscal pelo ACT da Vigilância com muito menos direitos; um fiscal da Carris é efectivo da empresa, um fiscal de uma empresa de vigilância pode ser efectivo ou não, mas tem sempre associada a precariedade da relação da sua entidade patronal com a Carris, que pode acabar em qualquer altura.

Por outro lado, a entrada de fiscais para a Carris que não pertencem aos quadros da empresa é um primeiro passo para a sua descaracterização. Seguindo a mesma lógica, amanhã outros sectores serão externalizados.

Diz a empresa que subcontrata porque não tem trabalhadores suficientes. Mas a mentira tem perna curta. Se fosse esse o problema, bastar-lhe-ia contratar aqueles trabalhadores que está a subcontratar. Aliás, exactamente o que exige uma moção da CDU já apresentada na Câmara Municipal, e que será brevemente discutida.

Um Fiscal da Carris tem direito ao AE e ganha entre 775 e 852 euros mais 18,2% do subsídio de ajuramentação.

Um vigilante ganha entre 255 e 346 euros menos por mês e está fora do AE.

O resto são desculpas de mau pagador!

TODAS AS LUTAS CONTAM PARA VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES!

**BASTA DE PRECARIEDADE
EMPREGO
COM DIREITOS**

www.pcp.pt

**POLÍTICA PATRIÓTICA
E DE ESQUERDA**

 **PCP**

Célula do PCP na CARRIS